

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém - PA, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.955 km², atendendo 2.183.305 consumidores em 144 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O Pará concentra em seu território cerca de 33% de toda a extensão da bacia amazônica (mais de um milhão de km²) e seu potencial hidrelétrico é avaliado em cerca de 61 mil MW. Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do Rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

A Companhia é controlada pela Equatorial Energia S.A. ("Equatorial" ou "Controladora"), empresa com sede em São Luís no Estado do Maranhão que tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica.

Fim da recuperação judicial

Em 01 de dezembro de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará decretou com fundamento no que dispõe os artigos 61 e 63 da Lei 11.102/05 e diante da manifestação do administrador Judicial e do Ministério Público decretou por encerrada a recuperação judicial da Companhia, contudo continuam valendo as condições especiais para as dívidas pactuadas quando da recuperação judicial. Essas obrigações encerram -se quando forem integralmente liquidadas.

Plano de transição

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.913 de 18 de setembro de 2012, deu provimento parcial às solicitações constantes da Proposta de Transição apresentada pela empresa Equatorial Energia S/A, ainda com vistas à aquisição do controle da Companhia, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.731 de 30 de outubro de 2012. A ANEEL, neste sentido, autorizou a Companhia a destinar os recursos das compensações por violação dos limites de qualidade até sua próxima revisão tarifária de 2015, para a realização de investimentos na área de concessão, como parte do Plano de Transição. Há ainda o Despacho nº 3.048 de 02 de outubro de 2012, que alterou a trajetória de perdas não técnicas da RTP 2011, e cujo efeito está sendo considerado desde o reajuste anual, que ocorreu em agosto de 2013.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 referente a 11 Usinas Termelétricas. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028.

Segue abaixo as principais características das usinas ainda ativas:

UTE	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo a mais representativa com capacidade instalada acima de 12 MW: Santana do Araguaia.	25,772	17,813	28/07/1998	28/07/2028

3. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e outros normativos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas contábeis. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015.

a) Transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

b) Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

Prestação de serviços

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

c) Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.
- Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:
- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

c) Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impactos da Medida Provisória nº 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

c) Impostos--Continuação

Impactos da Medida Provisória nº 627--Continuação

A Administração decidiu não optar pela aplicação antecipada das disposições da Medida Provisória no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

d) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

e) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponíveis para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes (consumidores), ativo financeiro da concessão, depósitos judiciais e outras contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

e) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e *swaps* de taxa de juros e de câmbio para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

f) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, exceto pelos contas a receber de parcelamentos no ativo não circulante, conforme nota 7 e de fornecedores.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

h) Contas a receber de clientes

Inclui os valores faturados aos consumidores finais, ajustados ao valor presente, quando aplicável, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, os serviços prestados, os acréscimos moratórios e outros créditos, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência (nota 7).

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

h) Contas a receber de clientes--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização do seu contas a receber (nota 7).

i) Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perdas, quando necessário, e não excedem o valor de mercado. Já os materiais em estoque destinados aos investimentos estão classificados no ativo intangível e valorizados pelo custo médio de aquisição líquidos do ICMS.

j) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

O aditamento dos contratos de concessão nos termos tratados nesta orientação representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente. Esse evento altera, a partir da sua data, as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas em relação à realização/obrigatoriedade desses ativos e passivos. Desta forma, são condições que diferem do anteriormente apresentado e por isso seus efeitos são aplicados de maneira prospectiva. O saldo acumulado até 2014, desses ativos e passivos regulatórios, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais foi reconhecido em em conta de ativo em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de receita operacional de vendas.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

k) Ativo indenizável (Concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 182/1998 assinado em 28 de julho de 1998, celebrados entre a União (poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desse contrato. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 11.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

k) Ativo indenizável (Concessão)--Continuação

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

l) Ativos intangíveis

Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

l) Ativos intangíveis--Continuação

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

m) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações decorrentes das contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios aos empregados durante o período no qual os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa, ou que esteja disponível a redução em futuros pagamentos. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas ao seu valor presente.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

m) Benefícios a empregados--Continuação

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

n) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

o) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor, nos exercícios apresentados.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

p) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

q) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

r.1) *OCPC 08 - Contabilização dos ativos e passivos regulatórios*

Com a adesão à alteração contratual aprovada pela ANEEL na 13ª reunião pública extraordinária em 25 de novembro de 2014, eliminou-se, a partir do aditamento dos contratos de concessão e permissão e consequente alteração nos procedimentos de revisão tarifária, a natureza contingente, permitindo o reconhecimento do ativo ou do passivo como instrumentos financeiros, ou seja, como valores efetivamente a receber ou a pagar.

Esse é um evento que altera a avaliação quanto à probabilidade de entrada ou saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para a companhia, qualificando-se esses ativos ou passivos para o reconhecimento nas demonstrações contábeis. É, a partir de sua ocorrência, que é assegurado à concessionária o reconhecimento dos saldos remanescentes apurados relativos às diferenças na Parcela A e outros componentes financeiros que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos.

Diversas outras alterações se aplicam pela primeira vez em 2014. No entanto, não afetam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas da Companhia.

r.2) *Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor*

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

O IFRS 15 - Receita de contrato com clientes, é resultado de um projeto conjunto entre IASB e FASB para convergência da norma para reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contrato com clientes. Esta norma traz duas abordagens para reconhecimento de receita que pode ser em um determinado momento ou com o passar do tempo e sua análise está baseada em cinco etapas que devem ser usadas para determinar o valor e o momento em que a receita deve ser reconhecida. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pelo IFRS, porém não permitida no Brasil. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da aplicação desta norma e comunicará ao mercado oportunamente.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco expressivo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos--Continuação

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, veja nota 30.

Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor conforme descrito na nota 14.

Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota 11.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, regulatórios, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota 7.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	12.495	29.610
Equivalentes de caixa	41.715	79.684
Total	54.210	109.294

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 98,81% do CDI (99,49% em 31 de dezembro de 2013) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 03 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
CDB	10.728	9.526
Debêntures compromissadas	30.987	70.158
Total	41.715	79.684

6. Investimentos de curto prazo

Modalidade	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos (a)	503.941	114.547
Outros	2.532	15.559
Total	506.473	130.106

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em Títulos Públicos Federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ao percentual entre 90% e 105% (entre 90% e 105% em 31 de dezembro de 2013), classificados como mantidos para negociação.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2014	31/12/2013
Contas a receber de consumidores faturados	679.203	559.512
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	128.321	89.438
Parcelamentos de débitos	315.071	184.991
Parcelamentos de débitos - Ajuste a valor presente	(14.291)	(6.516)
Baixa renda	27.936	24.801
Comercialização no âmbito do CCEE	6.388	6.388
Outras	66.946	31.471
Total	1.209.574	890.085
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(286.244)	(294.698)
Total de conta a receber de clientes	923.330	595.387
Total circulante	807.309	560.455
Total não circulante	116.021	34.932

(a) Contas a receber de consumidores não faturados

Receitas auferidas através da prestação de serviços aos consumidores, mas ainda não faturados.

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2013	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2014
Contas a receber de consumidores faturados	245.386	163.022	(156.803)	251.605
Parcelamento	49.312	37.133	(51.806)	34.639
Total	294.698	200.155	(208.609)	286.244
	31/12/2012	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	31/12/2013
Contas a receber de consumidores faturados	333.300	86.636	(174.550)	245.386
Parcelamento	80.715	10.892	(42.295)	49.312
Total	414.015	97.528	(216.845)	294.698

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD.
- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2014			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	112.823	122.796	119.613	355.232
Industrial	52.991	15.123	46.259	114.373
Comercial	64.029	34.727	30.188	128.944
Rural	4.584	7.513	17.677	29.774
Poder público	5.668	24.915	2.206	32.789
Iluminação pública	1.644	1.356	1.579	4.579
Serviço público	591	10.110	2.811	13.512
Fornecimento faturado	242.330	216.540	220.333	679.203

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2013			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	72.569	73.698	159.249	305.516
Industrial	44.997	9.580	38.871	93.448
Comercial	50.469	23.754	24.885	99.108
Rural	3.456	5.836	12.791	22.083
Poder público	4.700	14.167	3.926	22.793
Iluminação pública	928	1.508	405	2.841
Serviço público	820	10.269	2.634	13.723
Fornecimento faturado	177.939	138.812	242.761	559.512

d) Parcelamentos

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao parcelamentos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2014			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	144.311	10.436	25.946	180.693
Industrial	14.608	1.310	10.455	26.373
Comercial	26.735	3.617	7.301	37.653
Rural	6.889	621	1.798	9.308
Poder público	25.187	857	3.313	29.357
Iluminação pública	6.124	206	403	6.733
Serviço público	6.985	149	56	7.190
Serviço taxado - novação	3.724	272	263	4.259
Outros créditos - novação	2.190	285	586	3.061
Novação	-	2.545	7.899	10.444
Total do parcelamento	236.753	20.298	58.020	315.071

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

d) Parcelamentos--Continuação

	31/12/2013			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	24.573	5.175	59.260	89.008
Industrial	10.098	994	11.224	22.316
Comercial	7.853	1.538	9.441	18.832
Rural	1.341	378	2.381	4.100
Poder público	9.978	1.258	4.949	16.185
Iluminação pública	15.864	746	1.667	18.277
Serviço público	605	93	558	1.256
Serviço taxado - novação	212	39	380	631
Outros créditos - novação	924	149	1.032	2.105
Novação	-	1.407	10.874	12.281
Total do parcelamento	71.448	11.777	101.766	184.991

8. Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros

A Conta de Compensação dos Valores da Parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela A			
CDE -Conta de Desenvolvimento Energetico	432	942	1.374
Proinfa-O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	605	37	642
Rede básica	4.678	8.409	13.087
Compra Energia (a)	120.020	222.038	342.058
PIS/CONFINS	36.766	-	36.766
ESS-Encargos do Serviço do Sistema	(12.414)	(115.650)	(128.064)
Total da parcela A	150.087	115.776	265.863
Itens financeiros			
Garantia Financeira	335	267	602
Sobrecontratação Energia (b)	56.600	114.523	171.123
Exposição financeira (c)	(5.162)	(1.103)	(6.265)
PIS/CONFINS	-	-	-
Diferencial Eletro nuclear (d)	10.287	-	10.287
Limite de Continuidade	-	-	-
Neutralidade (e)	(7.706)	-	(7.706)
Outros	-	333	333
Total de itens financeiros	54.354	114.020	168.374
Total geral	204.441	229.796	434.237

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

8. Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros--Continuação

A partir de 2014 com o advento do OCPC08, - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente conforme nota 3, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva.

	31/12/2013	Constituição	Atualização	Amortizações	31/12/2014
Parcela A					
CDE -Conta de Desenvolvimento Energético	-	1.596	62	(283)	1.375
Proinfa-O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	-	1.003	40	(401)	642
Rede básica	-	15.516	537	(2.965)	13.088
Compra Energia (a)	-	407.235	10.680	(75.857)	342.058
PIS/CONFINS	-	36.766	-	-	36.766
ESS-Encargos do Serviço do Sistema	-	(133.153)	(2.798)	7.887	(128.064)
Total da parcela A		328.963	8.521	(71.619)	265.865
Itens financeiros					
Garantia Financeira	-	809	-	(207)	602
Sobrecontratação Energia (b)	-	205.232	866	(34.976)	171.122
Exposição financeira 2014 (c)	-	(9.287)	(169)	3.190	(6.266)
CUSD	-	521	-	(188)	333
Diferencial Eletronuclear (d)	-	16.644	-	(6.357)	10.287
Neutralidade (e)	-	(12.469)	-	4.763	(7.706)
Total de Itens financeiros	-	201.450	697	(33.775)	168.372
Total geral	-	530.413	9.218	(105.394)	434.237

(a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(b) O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

8. Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros--Continuação

- (c) Conforme dispõe o art. 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus §§ 2º e 3º, as regras de comercialização preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia.
- (d) Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão e seu valor está sendo mensalmente pelas distribuidoras à Eletronuclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH 1.406/2012. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui valores a receber correspondente ao reconhecimento dos montantes a pagar no ano de 2015 conforme determinado na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013 e que serão contemplados nos próximos reajustes tarifários.
- (e) Decorre do repasse aos consumidores da compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme previsto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST (Seção 8.2, item 6.1.5.2). Referem-se a valores pagos pelas distribuidoras acessadas, que devem ser repassados aos consumidores finais das distribuidoras acessantes, sob a forma de financeiro negativo.

9. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

a) Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS	31.133	29.198
COFINS	-	1.047
PIS a recuperar	-	227
INSS	646	692
PAEX a recuperar	38.267	39.158
IRRF	-	4.196
ISS	154	-
Total	70.200	74.518
Não circulante		
ICMS	58.812	22.556
FINSOCIAL	2.173	2.160
Total	60.985	24.716

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

9. Impostos a recuperar--Continuação

b) Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
IRRF sobre aplicação financeira	8.950	6.549
IRPJ/CSLL a restituir (a)	18.014	4.239
Total	26.964	10.788
Não circulante		
IRPJ/CSLL a restituir (a)	36.238	33.207
Total	36.238	33.207

a) Os valores registrados no grupo circulante são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de Órgãos Públicos de IRRF,CSLL, PIS e COFINS do ano de 2014. O grupo não circulante é composto de antecipações de IRPJ e CSLL do ano calendário 2004 e que foram pagas através de parcelamento na forma da Lei 11.941/2009.

10. Aquisição de combustível - Conta CCC

A Companhia detém em 31 de dezembro de 2014 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível - "CCC" no montante de R\$ 236.701 (R\$ 94.346 em 31 de dezembro de 2013).

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 07 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na Região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

O aumento significativo do saldo é oriundo do fundo de repasse de recurso para CCC para a Companhia. Em contrapartida, a Companhia não vem liquidando as obrigações referentes aos combustíveis a pagar classificadas na conta de fornecedores, por entender que atua como intermediária neste processo de fornecimento de energia nos sistemas isolados.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

11. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	31/12/2014			31/12/2013		
	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	1.370.962	(461.145)	909.817	906.438	(305.894)	600.544

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	Atualização do			
	31/12/2013	Ativo Financeiro (a)	Capitalização	31/12/2014
Ativo financeiro	906.438	38.431	426.093	1.370.962
Obrigações especiais (b)	(305.894)	(13.399)	(141.852)	(461.145)
Total	600.544	25.032	284.241	909.817

	Atualização do				
	31/12/2012	Ativo Financeiro (a)	Capitalização	Baixas	31/12/2013
Ativo financeiro	674.127	41.124	201.733	(10.546)	906.438
Obrigações especiais (b)	(245.886)	(15.282)	(44.726)	-	(305.894)
Total	428.241	25.842	157.007	(10.546)	600.544

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

11. Ativo financeiro da concessão--Continuação

(a) Atualização do ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(b) Obrigações especiais

Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

12. Sub-rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 07 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405 de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente à implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional - SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$465.198, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em duas fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$280.538.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

12. Sub-rogação da CCC--Continuação

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Até 31 de dezembro de 2014, já foram aplicados pela Companhia, relativos a 1ª e 2ª fase, o total R\$211.500 (R\$185.688 em 31 de dezembro de 2013).

Do valor do investimento reconhecido e aplicado para a sub-rogação já foi repassado à Companhia o total de R\$98.245, ficando um saldo a receber de R\$113.255 em 31 de dezembro de 2014.

12.1. Sub-rogação - CCC - rateio benefício

	31/12/2013	Transferências para obras	Parcela recebida	31/12/2014
Valores a receber	185.688	(72.433)	-	113.255
Valores a aplicar	279.510	(25.812)	-	253.698
Valores recebidos	-	-	98.245	98.245
Total	465.198	(98.245)	98.245	465.198

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

12. Sub-rogação da CCC--Continuação

12.1. Sub-rogação - CCC - rateio benefício--Continuação

A CELPA tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Valor aplicado	Valor Sub-rogado	Valor a receber
LT Tucuruí/Cametá	2.791	9.598	2.791
LT Parada do Bento/Portel	56.287	57.165	56.287
LT Portel/Breves	48.460	32.913	32.913
LT Portel/Bagre	15.487	8.067	8.067
LT Breves/Melgaço	11.909	3.796	3.796
LT Breves/Curralinho	22.121	10.440	10.440
SE Tucuruí – Vila	6.094	6.873	6.094
SE Cametá	8.193	9.000	8.193
SE Portel	11.380	15.525	11.380
SE Breves	17.382	13.876	13.876
SE Bagre	2.922	1.998	1.998
SE Melgaço	2.667	1.998	1.998
SE Curralinho	2.694	1.998	1.998
SE Parada do Bento	10.294	11.413	10.294
Subtotal - 1ª fase	218.681	184.660	170.125
LT Cachoeira do Arari/Anajás	-	12.601	-
LT Ponta de Pedras/Cachoeira do Arari	497	31.332	497
LT Cachoeira do Arari/Salvaterra	-	15.340	-
LT Salvaterra / Soure	-	2.098	-
LT Ponta de Pedras/TAP Muaná	-	10.887	-
LT Tap Muaná/TAP S.S. da Boa Vista	-	12.371	-
LT Chaves/Afuá	-	5.060	-
LT Cachoeira do Arari/Santa Cruz do Arari	-	15.340	-
LT Vila do Conde/Ponta de Pedras (aérea)	-	3.390	-
Travesia subfluvia Baía do Marajó - Vila do Conde/Ponta de Pedras	29.434	41.530	29.434
LT Cachoeira do Arari/Chaves	-	29.691	-
LT Tap Muaná/Muaná	-	2.474	-
LT Tap S.S. da Boa Vista/Breves	-	8.660	-
LT TAP S.S. da Boa Vista/S. S. da Boa Vista	-	21.278	-
SE Anajás	-	2.448	-
SE Afuá	-	2.648	-
SE Chaves	-	2.494	-
SE Cachoeira do Arari	-	12.820	-
SE Santa Cruz do Arari	-	2.644	-
SE Salvaterra	-	11.656	-
SE Soure	-	6.526	-
SE Ponta de Pedras	6.119	12.970	6.119
SE Muaná	-	6.141	-
SE São Sebastião da Boa Vista	-	6.107	-
SE Vila do Conde	5.325	530	5.325
SE Breves	-	1.502	-
Subtotal - 2ª fase	41.375	280.538	41.375
Parcelas Recebidas	-	-	(98.245)
Total	260.056	465.198	113.255

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

13. Outros créditos a receber

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos a fornecedores	5.702	-	9.465	-
Alienação de bens e direitos	1.814	-	2.657	-
Caução em garantia (a)	-	37.699	-	30.995
Créditos em ressascimento de energia	9.987	-	-	-
Créditos em conta de energia elétrica	3.286	-	2.968	-
Despesas pagas antecipadamente	3.776	-	3.781	-
Valores a liberar (b)	-	16.140	-	35.026
Valores a recuperar de empregados	802	-	900	-
Outros créditos a receber (c)	27.595	8	6.873	7
Total	52.962	53.847	26.644	66.028

- (a) Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP) junto a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal destes empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024.
- (b) Refere-se ao saldo do Banco Daycoval de R\$16.140, bloqueado consequente, aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- (c) Dos valores de outras contas a receber, R\$ 27.595, tem-se como principal composição R\$17.281 referente a financiamento do padrão de entrada, oferecido aos consumidores localizados em áreas de baixa renda em que foram realizadas ações de regularização de consumo não registrado, R\$6.011 de uso mutuo de poste, que é o compartilhamento da infra-estrutura da distribuição de energia elétrica, e R\$4.303 refere-se a outras contas a receber.

14. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	31/12/2014			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão Valor líquido
Em serviço	4,18%	4.448.549	(1.697.099)	(769.906) 1.981.544
Em curso		848.829	-	(546.735) 302.094
Total		5.297.378	(1.697.099)	(1.316.641) 2.283.638

	31/12/2013			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão Valor líquido
Em serviço	4,23%	3.915.948	(1.546.337)	(847.490) 1.522.121
Em curso		1.041.429	-	(272.585) 768.844
Total		4.957.377	(1.546.337)	(1.120.075) 2.290.965

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2028, conforme ICPC01.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

14. Intangível--Continuação

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2013	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/12/2014
Em Serviço	3.915.948	-	(94.104)	626.705	4.448.549
(-) Amortização	(1.546.337)	(222.562)	71.800	-	(1.697.099)
Total em serviço	2.369.611	(222.562)	(22.304)	626.705	2.751.450
Em curso	1.041.429	919.120	(58.922)	(1.052.798)	848.829
Total	3.411.040	696.558	(81.226)	(426.093)	3.600.279
Obrigações especiais (b)	(1.346.459)	(428.632)	49.325	141.852	(1.583.914)
(-) Amortização	226.384	51.755	(10.866)	-	267.273
Total em obrigações especiais	(1.120.075)	(376.877)	38.459	141.852	(1.316.641)
Total geral	2.290.965	319.681	(42.767)	(284.241)	2.283.638

	31/12/2012	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/12/2013
Em Serviço	3.743.651	-	(104.380)	276.677	3.915.948
(-) Amortização	(1.398.821)	(195.399)	47.883	-	(1.546.337)
Total em serviço	2.344.830	(195.399)	(56.497)	276.677	2.369.611
Total em curso	1.099.235	420.604	-	(478.410)	1.041.429
Total	3.444.065	225.205	(56.497)	(201.733)	3.411.040
Obrigações especiais (b)	(1.236.153)	(163.130)	8.099	44.725	(1.346.459)
(-) Amortização	170.406	55.978	-	-	226.384
Total em obrigações especiais	(1.065.747)	(107.152)	8.099	44.725	(1.120.075)
Total geral	2.378.318	118.053	(48.398)	(157.008)	2.290.965

(a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.

(b) Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

14. Intangível--Continuação

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	31/12/2014	31/12/2013
Obras em andamento	694.951	884.947
Materiais em depósito	105.579	88.206
Adiantamento a fornecedores	48.299	68.276
Total	848.829	1.041.429

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$19.013 (R\$24.148 em 31 de dezembro de 2013), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

15. Fornecedores

	31/12/2014	31/12/2013
Aquisição de combustível	174.377	94.346
Encargos de uso da rede elétrica	4.242	2.999
Materiais e serviços	245.842	140.752
Retenção Contratual de Fornecedores	4.682	-
Suprimento de energia elétrica	399.299	239.046
Total	828.442	477.143

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos

31/12/2014				
	Custo médio da dívida (%a.a.)	Circulante principal e encargos	Não circulante principal e encargos	Total
Moeda Nacional:				
Eletrobrás	6,89%	8.054	59.249	67.303
FINAME	9,35%	834	272	1.106
Leasing	13,56%	28	-	28
GIRO IBM	10,62%	4.194	5.293	9.487
Crédito RJ (a)	5,54%	-	866.877	866.877
GIRO NPS ITAÚ	11,58%	120.685	-	120.685
GIRO IBM	11,75%	3.060	6.424	9.484
GUANABARA	12,12%	2.052	5.747	7.799
IBM	10,73%	6.572	16.328	22.900
BNDES	7,53%	33.243	350.590	383.833
Sub-total	6,79%	178.722	1.310.780	1.489.502
(-) Custo de transação	-	(112)	(897)	(1.009)
Total Moeda Nacional	6,79%	178.610	1.309.883	1.488.493
Moeda Estrangeira:				
Crédito RJ (a)	5,28%	-	178.890	178.890
Tesouro Nacional	5,55%	2.302	48.535	50.837
CCBI ITAÚ (b)	3,10%	233.516	-	233.516
CCBI CITIBANK (b)	4,78%	204.244	-	204.244
CCBI CITIBANK (b)	2,37%	96.561	-	96.561
Subtotal	4,13%	536.623	227.425	764.048
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(700)	(2.357)
Total Moeda Estrangeira	4,14%	534.966	226.725	761.691
Total geral	5,89%	713.576	1.536.608	2.250.184

31/12/2013				
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante Principal e encargos	Não circulante Principal e encargos	Total
Moeda Nacional:				
Eletrobrás	6,89%	8.055	67.304	75.359
FINAME	9,55%	784	1.010	1.794
Leasings	11,11%	224	21	245
Crédito RJ (a)	6,05%	-	885.392	885.392
Sub-total	6,12%	9.063	953.727	962.790
(-) Custo de transação	-	(995)	(721)	(1.716)
Total Moeda Nacional	6,13%	8.068	953.006	961.074
Moeda Estrangeira:				
Crédito RJ (a)	5,28%	-	149.750	149.750
Tesouro Nacional	6,03%	3.348	42.806	46.154
CCBI ITAÚ	2,64%	535	203.007	203.542
CCBI CITIBANK (b)	5,23%	389	179.215	179.604
Subtotal	4,39%	4.272	574.778	579.050
(-) Custo de transação	-	(1.657)	(4.157)	(5.814)
Total Moeda Estrangeira	4,44%	2.615	570.621	573.236
Total geral	5,50%	10.683	1.523.627	1.534.310

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$2.250.184 (R\$1.534.310 em 31 de dezembro de 2013), referente a Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$713.576 de curto prazo e R\$1.536.608 de longo prazo (R\$10.683 de curto prazo e R\$1.523.627 de longo prazo em 31 de dezembro de 2013) a um custo médio de 5,89% a.a, equivalente a 54,47% do CDI (5,50% a.a, equivalente a 68,19% do CDI, em 31 de dezembro de 2013).

- (a) Crédito RJ se refere aos créditos dos credores financeiros do Plano de Recuperação Judicial da CELPA, cujas taxas e prazos foram repactuados em conformidade com o estabelecido no Plano. Com isso, houve reestruturação dos credores por tipo de crédito de forma a conceder maior fôlego financeiro a Companhia, o que culminou em alongamento significativo da dívida com reduzida correção. As mesmas não foram trazidas a valor presente em virtude da Companhia estar em Recuperação Judicial e essas dívidas poderiam ser liquidadas de imediato em caso de "default", e por ser uma característica dos empréstimos concedidos às empresas em Recuperação Judicial, já que nenhum banco abre crédito para empresas nesta situação. Em 01 de dezembro de 2014, a Recuperação Judicial foi finalizada e, desta forma, em 2015 este assunto do ajuste a valor presente voltará a ser ajustado e comparado com as taxas de longo prazo se a empresa captar em situações normais de mercado.
- (b) Estas operações possuem swap de câmbio e taxa de juros associados para anular os efeitos de exposição ao dólar e libor, hedge das operações.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	713.576	31,7%	10.683	0,7%
2016	89.394	4,0%	391.037	25,5%
2017	87.645	3,9%	8.327	0,5%
2018	79.950	3,6%	8.055	0,5%
Após 2018	1.281.216	56,9%	1.121.086	73,1%
Total	1.538.205	68,4%	1.528.505	99,6%
Custo de captação (Não circulante)	(1.597)	-0,1%	(4.878)	-0,3%
Não circulante	1.536.608	68,3%	1.523.627	99,3%
Total	2.250.184	100%	1.534.310	100%

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A mutação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.068	953.006	2.615	570.621	1.534.310
Ingressos	320.000	436.114	80.000	-	836.114
Encargos	19.737	2.053	13.085	-	34.875
Variação monetária e cambial	-	7.255	69.725	26.288	103.268
Capitalização de juros	5	40.226	-	8.088	48.319
Transferências de principal	100.788	(100.788)	381.729	(381.729)	-
Pagamentos de baixas de principal	(253.521)	(20.083)	(1.006)	-	(274.610)
Pagamentos de baixas de juros	(17.349)	-	(11.182)	-	(28.531)
Custo de transação	-	(897)	-	-	(897)
Transferência partes relacionadas (a)	-	(7.724)	-	-	(7.724)
Transferências de Transação	(721)	721	(3.457)	3.457	-
Apropriação de custo de transação	1.603	-	3.457	-	5.060
Saldo em 31 de dezembro de 2014	178.610	1.309.883	534.966	226.725	2.250.184

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	307.476	932.602	92.546	560.360	1.892.984
Ingressos	50.000	9.124	-	375.000	434.124
Encargos	32.732	3.257	7.866	-	43.855
Variação monetária e cambial	2	48.017	1.805	39.142	88.966
Transferências	13.468	(13.468)	(316)	316	-
Pagamentos/baixas de principal	(360.695)	(26.526)	(1.911)	-	(389.132)
Transferência partes relacionadas (b)	-	-	(95.538)	(433.740)	(529.278)
Pagamentos/baixas de juros	(34.915)	-	(1.837)	-	(36.752)
Atualização	-	-	-	29.543	29.543
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.068	953.006	2.615	570.621	1.534.310

(a) Refere-se à transferência da dívida do Banco Guanabara RJ cedidas a Equatorial Energia decorrente de operações entre partes relacionadas (vide nota 20).

(b) Refere-se à transferência da dívida dos Bond holders cedidas da CELPA à Equatorial Energia decorrente de operações entre partes relacionadas (vide nota 20).

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Acompanhamento dos covenants financeiros dos empréstimos e financiamentos

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da CELPA em 01 de setembro de 2012, foi estabelecida a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Até 31 de dezembro de 2014 os covenants financeiros repactuados ou estabelecidos em novos financiamentos têm seu acompanhamento efetuado mensalmente e até 31 de dezembro de 2014, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

17. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS (a)	84.351	57.222
ICMS Parcelamento (b)	29.625	40.097
COFINS Parcelamento	-	52.290
Contribuição Social sobre lucro	9.014	-
Encargos sociais e outros	6.668	6.691
INSS Parcelamento	-	1.180
PIS Parcelamento	-	11.363
PIS/COFINS	36.390	13.238
REFIS/PAES	-	13.323
Outros (c)	6.343	2.813
	172.391	198.217
Não circulante		
ICMS Parcelamento (b)	57.750	79.893
COFINS Parcelamento	-	95.902
INSS Parcelamento	-	3.048
PIS Parcelamento	-	20.685
REFIS/PAES	-	99.800
Outros (c)	18.580	175
	76.330	299.503

A redução dos parcelamentos deve-se a seguinte condição: os parcelamentos ordinários constituídos junto à Receita Federal do Brasil, Instituto de Nacional de Seguridade Social e Procuradoria da Fazenda Nacional, foram migrados em 22 de agosto de 2014 para parcelamento na forma da Lei 12.996/2014. Os parcelamentos disciplinados pela Lei 11.941/2009 e os existentes na forma da Lei 12.996/2014, tiveram seus saldos quitados de forma antecipada da seguinte forma: 30% através de DARF em 28 de novembro de 2014 e o restante, através do uso de crédito de prejuízo fiscal, formalizado em 19 de novembro de 2014, na forma MP 651/2014 e portaria conjunta da RFB e PGFN nº 15, Anexo II.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

17. Impostos e contribuições a recolher--Continuação

- (a) Valor a recolher do ICMS corrente, referente ao período de apuração de dezembro de 2014, com vencimento em 10 de janeiro de 2015;
- (b) Parcelamentos concedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) originário de débitos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o qual será pago em parcelas mensais corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC acrescido de 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado 30 de outubro de 2017;
- (c) Os valores são originários de PIS e COFINS a Recolher que foram compensados com créditos de DIPJ 2004 e tiveram sua PERDCOMP não homologadas através dos despachos nº 932677225 e 932677217, os referidos despachos encontram-se com recurso voluntário na forma art.73 do Decreto 7.574/2011.

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável. Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

18.1. Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	133.271	166.096
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(107.413)	(128.691)
Provisão para realização	(25.858)	(37.405)
	-	-
	31/12/2014	31/12/2013
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(35.241)	(30.252)
Contingências	62.666	90.371
Depreciação acelerada	(8.612)	-
PCLD	97.325	100.197
Provisão Fundo de pensão	12.551	8.682
Outras	4.582	(2.903)
	133.271	166.096

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

18.1. Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 31 de dezembro de 2014, por não atender as condições previstas no CPC 32 e na deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$236.838 (R\$361.722 em 2013), não possuem prazo de prescrição. O saldo é maior em 2013 pois foi utilizado parcialmente para liquidar parcelamento pelo Refis durante o exercício de 2014, no valor de R\$ 161.604.

a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios de 31 de dezembro de 2014 e 2013, é demonstrada como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	192.627	192.627	(239.538)	(239.538)
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	48.157	17.336	-	-
Adições :				
Provisão para contingências	46.078	16.588	66.450	23.922
Provisão para crédito de liquidação Duvidosa	24.440	8.798	73.675	26.523
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	32.940	11.858	16.791	6.045
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	15.645	5.632	12.162	4.378
Provisão Fundo de pensão	9.228	3.322	6.383	2.298
Outras despesas não dedutíveis	51.445	18.529	11.532	4.151
Total	179.776	64.727	186.993	67.317
Exclusões:				
Reversões de provisões	(99.385)	(35.778)	(167.837)	(60.422)
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(36.609)	(13.179)	(21.460)	(7.726)
Depreciação Acelerada	(6.332)	-	-	-
Outras	(56.194)	(20.229)	(27.415)	(9.869)
Total	(198.520)	(69.186)	(216.712)	(78.017)
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecida	29.413	12.877	(29.719)	(10.700)
IRPJ e CSLL				
Compensação base negativa de CSLL	-	(3.863)	1.218	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(706)	-	-	-
Incentivo PAT	(50)	-	52.716	18.978
Provisão para realização	-	-	(15.987)	(5.755)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	28.657	9.014	8.228	2.523
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)	14,88%	4,68%	0,00%	0,00%
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos	(23.481)	(138.123)	-	-
Ativo fiscal diferido	10.167	1.380	8.228	2.523
Provisão para realização do ativo Fiscal Diferido	(10.167)	(1.380)	-	-
(+) IRPJ Subvenção Governamental	(28.657)	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	(23.481)	(129.109)	8.228	2.523
Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido	-12,19%	-67,03%	-3,43%	-1,05%

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

19. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis (a)	84.057	(94.880)	(10.823)	59.726	(110.769)	(51.043)
Fiscais	-	-	-	80	(7)	73
Regulatórias	8.336	-	8.336	127.389	-	127.389
Trabalhistas	91.918	(32.856)	59.062	78.603	(21.163)	57.440
	184.311	(127.736)	56.575	265.798	(131.939)	133.859
Circulante	-	(595)	(595)	-	(1.395)	(1.395)
Não circulante	184.311	(127.141)	57.170	265.798	(130.544)	135.254
Total	184.311	(127.736)	56.575	265.798	(131.939)	133.859

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$66.924 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Estes créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

Movimentação dos processos no exercício

	31/12/2013		31/12/2014		
	Saldo inicial	Adição a provisão	Reversão	Atualização	Saldo final
Cíveis	59.726	23.683	(12.427)	13.075	84.057
Fiscais	80	-	(80)	-	-
Regulatórias (a)	127.389	3.203	(122.358)	102	8.336
Trabalhistas	78.603	4.757	(8.744)	17.302	91.918
Total	265.798	31.643	(143.609)	30.479	184.311

	31/12/2012		31/12/2013	
	Saldo inicial	Adição a provisão	Reversões	Saldo final
Cíveis	59.768	6.443	(6.485)	59.726
Fiscais	80	-	-	80
Trabalhistas	82.307	24.133	(27.837)	78.603
Regulatórias	85.234	43.645	(1.490)	127.389
Total	227.389	74.221	(35.812)	265.798

- (a) Do valor das reversões, R\$ 39.540 foram parceladas no âmbito da Lei 12.996/2014 em agosto de 2014, R\$20.044 referem-se à redução ou ganhos nas penalidades aplicadas e R\$21.801 referente ajuste de processos e de cálculo da Selic, R\$ 2.067 decorrente pagamento de processo e R\$ 38.906 referentes aos Termos de Ajustamento de Conduta – TACs (conforme despacho nº 2.913, de 18 de setembro de 2012, que homologou o plano de transição da CELPA), uma vez que, os mesmos passaram a ser controlados por conta específica de obrigações especial.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

19. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 7.362 processos cíveis, sendo que 5.473 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando falha no fornecimento, acidentes com a rede de distribuição, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 contemplam provisão de R\$84.057 (R\$59.726 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$516.122 (R\$511.387 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são: Taxa de iluminação pública, nos quais os consumidores questionam a constitucionalidade da cobrança da antiga taxa; Falha no fornecimento de energia elétrica; e quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

Fiscais

A Companhia figura como parte ré em 89 processos fiscais os quais versam sobre repasse de PIS e COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$16.180 (R\$17.107 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço que representa R\$16.164 do valor possível.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

19. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Regulatórias

Atualmente, a Companhia possui 05 processos de infração em tramitação na ANEEL que totalizam R\$8.336. Em julho de 2014, 13 processos que correspondiam a R\$39.000 em multas foram convertidos em TAC (termo de ajustamento de conduta), conforme aprovado no plano de transição da Companhia e pelos extratos publicados no Diário Oficial em 17 de julho de 2014, e seus valores serão revertidos em investimentos, reconhecidos como obrigações especiais, na melhoria do serviço prestado.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 1.425 reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dos processos trabalhistas existentes, constam 2 (duas) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 12 (doze) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturno sobre a remuneração. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Atualmente, os processos foram liquidados e se encontram em fase de execução. Os processos estão provisionados em R\$35.315 e R\$4.908.

As demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014 contemplam provisão de R\$91.918 (R\$78.603 em 31 de dezembro de 2013).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$38.382 (R\$23.785 em 31 de dezembro de 2013) para as quais não foi constituída provisão. As ações relevantes com diagnóstico possível versam sobre ação civil pública requerendo o pagamento de adicional de periculosidade aos colaboradores e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a Celpa apenas subsidiariamente nesses pleitos.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

19. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Trabalhistas

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de "curto prazo". Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de "longo prazo".

20. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Natureza da operação	Vencimento	31/12/2014		31/12/2013	
			Passivo	Receita/ Despesa	Passivo	Receita/ Despesa
Equatorial Energia (Controladora)	Cessão de					
	Créditos (a)	31/08/2026	466.006	(49.859)	416.147	(17.390)
	Derivativos	28/05/2013	-	-	-	(3.571)
	Mútuo (b)	02/05/2016	102.089	(2.089)	-	-
	AFAC (c)		306.000	-	-	-
			874.095	-	416.147	-
Circulante			225.019	-	-	-
Não circulante			649.076	-	416.147	-

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

20. Partes relacionadas--Continuação

- (a) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da CELPA.
- (b) Refere-se a contrato de mútuo celebrado em 23 de abril de 2014, com o prazo total de 24 meses e vencimento final em 02 de maio de 2016, cuja finalidade foi a recomposição de caixa.
- (c) Aporte para Futuro Aumento de Capital: refere-se a saldo de aportes realizados pelo Controlador derivado da obrigação assumida no Plano de Recuperação Judicial e no Plano de Transição da ANEEL, de aportar recursos novos no montante de R\$ 700.000 até dezembro de 2014. Obrigação plenamente cumprida em 04 de abril de 2014. A expectativa da Companhia é que integralização ocorra no primeiro trimestre de 2015.

Remuneração de pessoal - chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$ 8.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2014.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Conselho de Administração

Remuneração fixa: 100%

Diretoria

Remuneração fixa: 100%

Remuneração variável: 0%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no exercício:

31/12/2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	8	8	16
Remuneração fixa anual	608	2.943	3.551
Salário ou Pró-labore	608	2.760	3.368
Benefícios diretos e indiretos	-	183	183
Remuneração variável	-	2.630	2.630
Bônus	-	2.630	2.630
Benefícios pós-emprego	-	181	181
Valor total da remuneração por órgão	608	5.754	6.362

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

20. Partes relacionadas--Continuação

Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem sua controladora, Equatorial Energia S.A, como sua avalista ou fiadora em 100% do montante do passivo para os contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% DO AVAL	Início	Término	Valor liberado	31/12/2014
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	178.890
Banco Itaú (Capital de Giro CCBI)	200.000	100	25/11/2013	25/11/2015	200.000	232.798
Banco CitiBank (Capital de Giro CCBI)	175.000	100	25/11/2013	25/11/2015	175.000	203.724
Banco CitiBank (Capital de Giro CCBI)	80.000	100	23/07/2014	23/04/2015	80.000	96.561
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	9.487
Banco IBM (Capital de Giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	9.484
Banco Itaú (Notas Promissórias)	200.000	100	17/06/2014	14/12/2014	200.000	-
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	30/12/2014	30/06/2018	22.900	22.900
Banco Itaú (3ª emissão Notas Promissórias)	120.000	100	15/12/2014	14/01/2015	120.000	120.685
BNDES (Financiamento)	498.073	100	26/12/2014	15/05/2024	383.400	383.832
Austral Seguradora (Garantia Judicial 2008.34.00.039764-6 - AI ANEEL nº 004/2007)	16.065	100	29/01/2013	29/01/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia Judicial 0021347- 94.2009.4.01.3400 - AI ANEEL nº 001/2007)	11.386	100	01/05/2014	01/05/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia Judicial 50941- 85.2011.4.01.3400 - AI ANEEL nº 008/2008)	15.710	100	01/05/2014	01/05/2016	NA	NA
Fairfax Brasil Seguros (Seguro Judicial nº. 12901- 34-2011-4-01-3400 - AI ANEEL nº 009/2008)	4.075	100	13/06/2013	13/06/2015	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário COMTRAFO - nº. 100414050008500)	2.280	100	20/05/2014	18/02/2015	NA	NA
Banco Itaú (Fiança Bancária - Beneficiário Duke Energy - nº. 100413100157100)	1.454	100	16/10/2013	31/12/2014	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 006/2013 - 48500.002921/2013-25)	122	100	01/10/2014	01/04/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 10/2013 A- 5)	361	100	02/10/2014	02/04/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 003/2014 A-3)	31	100	17/10/2014	17/10/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Terra industrial)	1.825	100	13/12/2013	13/12/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Município de Marabá)	486	100	01/01/2014	01/01/2016	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado Banco Guanabara S/A)	9.128	100	10/03/2014	10/03/2017	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PETROS)	36.808	100	10/03/2014	10/03/2017	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PINE)	33.120	100	09/09/2014	09/09/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado STIUPA)	25.175	100	10/11/2014	09/11/2019	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão 006/2014 - 20º LEE)	461	100	18/11/2014	18/11/2015	NA	NA
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão 010/2014 - 14º LEE)	620	100	28/11/2014	28/05/2015	NA	NA
Total	1.597.875				1.324.095	1.258.361

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

21. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fundo Nacional Desenv.CientíficoTecnológico -FNDCT	947	-	801	-
Ministério de Minas e Energia - MME	199	-	194	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	16.780	28.392	16.335	20.589
Programa de Eficiência Energética - PEE	37.091	58.477	36.405	39.501
Total	55.017	86.869	53.735	60.090

22. Recuperação judicial

	31/12/2014	31/12/2013
Credores operacionais (a)	279.577	352.750
Encargos setoriais (b)	74.437	89.513
Intragrupos (c)	65.549	61.896
(-) Ajuste a valor presente	(83.702)	(86.285)
Total	335.861	417.874
Circulante	79.631	85.254
Não circulante	256.230	332.620

(a) Valores devidos aos credores ligados à operação da Companhia, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.

(b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, Proinfra e MME parcelados no âmbito da Recuperação Judicial

(c) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação Judicial.

23. Outras contas a pagar

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamento de consumidores(a)	35.266	-	31.903	-
ANEEL - Autos de Infração (b)	7.762	35.668	5.334	14.225
Convênios de arrecadação	2.079	-	2.206	-
Créditos tributários - CCC (c)	-	158.237	-	83.708
Encargos tarifários	1.228	-	1.229	-
Entidades seguradoras	202	-	202	-
Multas regulatórias (d)	43.944	-	43.944	-
Taxa de iluminação pública	11.567	-	9.346	-
Taxas regulamentares	668	-	-	-
Outras contas a pagar (e)	61.009	3.097	48.009	3.097
Total	163.725	197.002	142.173	101.030

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

23. Outras contas a pagar--Continuação

- (a) Refere-se a adiantamentos recebidos de consumidores com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia, ao consumidor.
- (b) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias inscritas em Dívida Ativa parceladas em agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei 12.996/2014 em agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (c) Refere-se a créditos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa Nº 427/11.
- (d) Refere-se a um passivo de penalidade por transgressão dos indicadores de continuidade, em discussão no âmbito administrativo do processo 0048/2012-GTE e no plano de recuperação judicial.
- (e) Dos valores de outras contas a pagar, R\$61.009, temos como principal composição R\$8.018 referente à provisão de honorários do Administrador e do Contador da Recuperação Judicial, R\$52.991 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços.

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$924.524, representado por 1.907.449.807 ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 1.902.996.369 ações ordinárias e 4.453.438 ações preferenciais, divididas em 2.166.816 preferenciais Classe "A"; 1.085.373 preferenciais Classe "B"; e 1.201.249 preferenciais Classe "C", cuja composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações									
	Ordinárias		Preferenciais							
			A	%	B	%	C	%	Total	%
Equatorial Energia	1.834.096.369	96,38%	346.012	15,97%	2	0,00%	115.903	9,65%	1.834.558.286	96,18%
Eletrobrás	20.664.721	1,09%	121.339	5,60%	1.074.634	99,01%	-	0,00%	21.860.694	1,15%
Outros	48.235.279	2,53%	1.699.465	78,43%	10.737	0,99%	1.085.346	90,35%	51.030.827	2,67%
Total	1.902.996.369	100,00%	2.166.816	100,00%	1.085.373	100,00%	1.201.249	100,00%	1.907.449.807	100,00%

24.2. Reserva de reavaliação

	31/12/2014	31/12/2013
Reserva de reavaliação	211.401	252.705

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

24. Patrimônio líquido--Continuação

24.2. Reserva de reavaliação--Continuação

Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2013	Quota de reavaliação	Adição	Baixa	31/12/2014
Reserva de reavaliação	382.886	(37.623)	-	(24.959)	320.304
Encargo tributário	(130.181)	-	21.278	-	(108.903)
Total	252.705	(37.623)	21.278	(24.959)	211.401

25. Receita operacional

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.880.167	3.317.345	1.706.018	1.733.995	2.757.980	1.163.988
Industrial	4.022	1.344.526	521.038	4.030	1.294.265	402.950
Comercial	161.044	1.730.683	955.269	153.328	1.639.171	752.540
Rural	117.331	203.499	80.175	119.061	200.331	63.614
Poder público	18.157	488.124	258.338	17.671	471.627	210.913
Iluminação pública	441	386.563	128.427	363	303.111	84.566
Serviço público	1.865	250.602	81.362	1.826	241.830	64.498
Consumo próprio	278	33.593	-	259	32.416	-
Receita pela Disponibilidade -						
Uso da Rede	-	-	24.524	-	-	15.863
Fornec.não faturado Reposição						
Tarifaria	-	-	60.416	-	-	-
Baixa renda	-	-	130.771	-	-	118.827
Suprimento CCEE	-	-	39.622	-	-	86.825
Receita de construção	-	-	858.556	-	-	426.654
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	397.471	-	-	-
PIS e COFINS sobre a parcela A	-	-	36.766	-	-	-
Outras	-	-	(35.204)	-	-	11.435
Total	2.183.305	7.754.935	5.243.549	2.030.533	6.940.731	3.402.673

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

25. Receita operacional--Continuação

Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta operacional		
Fornecimento de energia elétrica	4.356.051	2.861.896
Receita operacional	3.850.866	2.846.540
Remuneração financeira WACC	70.948	15.356
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	397.471	-
PIS e CONFINS sobre parcela A	36.766	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	24.524	15.863
Suprimento de energia elétrica	39.622	86.825
Receita de construção (a)	858.556	426.654
Outras receitas	(35.204)	11.435
Total da receita bruta operacional	5.243.549	3.402.673
ICMS sobre a venda de energia elétrica	(825.590)	(609.603)
PIS e COFINS	(395.963)	(266.118)
ISS	(2.216)	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	(3.710)
Pesquisa e Desenvolvimento P & D	(5.039)	(4.039)
Programa de eficiência Energética - EPE	(2.520)	(2.020)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(7.406)	(4.376)
Estudo de Eficiência Energética - PEE	(12.598)	(9.711)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(5.039)	(4.039)
Conta de consumo de combustível - CCC	-	(4.063)
Deduções à receita operacional	(1.256.371)	(907.679)
Receita operacional líquida	3.987.178	2.494.994

(a) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

26. Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

31/12/2014				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(86.776)	(25.077)	(37.400)	(149.253)
Material	(11.991)	(1.680)	(1.163)	(14.834)
Serviço de terceiros	(159.882)	(121.533)	(68.244)	(349.659)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(4.878)	-	-	(4.878)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.625.849)	-	-	(2.625.849)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(33.231)	-	-	(33.231)
Custo de construção	(858.556)	-	-	(858.556)
Depreciação amortização	(163.343)	-	-	(163.343)
Arrendamentos e aluguéis	(12.930)	(380)	(3.423)	(16.733)
Subvenção - CCC	29.000	-	-	29.000
Recuperação de despesas	-	20.783	-	20.783
Recuperação de despesas CDE /ACR	777.698	-	-	777.698
Outros	1.010	(17.485)	(22.293)	(38.768)
Total	(3.149.728)	(145.372)	(132.523)	(3.427.623)

31/12/2013				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(74.674)	(9.192)	(48.642)	(132.508)
Material	(10.044)	(1.393)	(3.699)	(15.136)
Serviço de terceiros	(160.598)	(100.119)	(67.205)	(327.922)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(5.317)	-	-	(5.317)
Energia elétrica comprada para revenda a)	(1.337.892)	-	-	(1.337.892)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(69.797)	-	-	(69.797)
Custo de construção	(426.654)	-	-	(426.654)
Depreciação amortização	(131.753)	-	-	(131.753)
Arrendamentos e aluguéis	(7.599)	-	(4.050)	(11.649)
Subvenção - CCC	25.392	-	-	25.392
Recuperação de despesas	-	21.181	2.666	23.847
Outros	(3.301)	(18.537)	(37.618)	(59.456)
Total	(2.202.237)	(108.060)	(158.548)	(2.468.845)

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

27. Energia elétrica comprada para revenda

	MWh (*)		R\$	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Contratos cotas de garantias	2.858.621	2.812.965	(87.118)	(136.331)
Contratos Eletronuclear	286.738	-	(56.640)	-
Encargo de energia de reserva	-	-	(1.818)	(6.197)
Energia bilateral	216.933	225.603	(43.555)	(41.259)
Energia de curto prazo - CCEE	1.173.340	984.204	(1.192.125)	(506.554)
Energia de leilão	6.478.896	6.496.004	(1.352.461)	(1.023.206)
Programa incentivo fontes alternativas energia				
- PROINFA	169.983	169.501	(43.091)	(38.063)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS				
não cumulativo (b)	-	-	150.959	75.547
(-) Recuperação custo de energia (b)	-	-	777.698	338.171
Total	11.184.511	10.688.277	(1.848.151)	(1.337.892)

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

No quarto trimestre de 2014 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores: (i) aumento no preço de liquidação da CCEE - PLD que atingiu o limite máximo de R\$ 822 /MWh, devido a redução do nível de água dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional; (ii) O aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações das Usinas que compõem o 12º leilão de energia nova e 2º leilão de fonte alternativa e cancelamentos de contratos relacionados ao grupo Bertin, referente ao 6º e 7º leilão de energia nova. Com a publicação do Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, que dispõe sobre a criação da Conta ACR, as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo, risco hidrológico e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade, a partir da liquidação de fevereiro de 2014, através de dois empréstimos sendo de R\$11,2 milhões e de R\$6,6 milhões que será repassado mensalmente pela CCEE aos agentes distribuidores.

(a) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

27. Energia elétrica comprada para revenda--Continuação

- (b) O Decreto nº 7.945 de março de 2013 determinou o repasse de recursos da CDE para as distribuidoras, com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado, em função da tendência de elevação nos custos. A contabilização dos recursos cobertos por esse repasse de CDE no resultado da Companhia, como redutora do grupo “Energia comprada para revenda”, totalizando R\$35.681.

O Decreto nº 8.221 publicado em 02 de abril de 2014, instituindo a criação da “CONTA-ACR”, através da qual as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes da exposição involuntária de curto prazo, risco hidrológico e despacho de térmicas vinculadas ao CCEAR por disponibilidade. A Companhia registrou de fevereiro a outubro de 2014 um total de R\$777 mil, sendo apenas recebido aporte até a competência de outubro. No dia 08 de dezembro de 2014 a Companhia recebeu através do despacho nº 4657, o valor de R\$58,5 mil referente à liquidação de outubro de 2014, caso haja um novo empréstimo para conta ACR estima receber, em janeiro de 2015, será R\$97 mil referente à liquidação de novembro de 2014 e em fevereiro de 2015 estima receber R\$72 mil para a liquidação dezembro de 2014.

28. Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras:		
Acréscimo moratório de venda de energia	96.300	54.136
Ajuste de valor presente	-	49.808
Descontos da lei 12.996/2014	42.253	-
Descontos obtidos	5.605	2.218
Juros ativos	7.651	25.396
Operação de derivativos	133.296	36.991
Outras receitas	79.972	36.016
Rendas financeiras	34.888	20.748
Variações monetárias	79.841	44.007
Total das receitas financeiras	479.806	269.320
Despesas financeiras:		
Ajuste de valor presente RJ	(2.584)	(37.746)
Ajuste a valor presente parcelamentos	(7.774)	-
Atualização de contingências	(30.378)	-
Encargos com parte relacionada	(7.763)	-
Encargos de dívidas	(171.304)	(144.333)
Juros passivos	(31.905)	(22.346)
Multas moratórias e compensatórias	(4.390)	(2.338)
Multas por violação de metas/transg. de faixa	(50.566)	(44.903)
Multas Regulatórias	(3.902)	(43.645)
Operação de derivativos	(106.332)	(36.043)
Outras despesas	(81.753)	(44.718)
Variações monetárias e cambiais	(184.948)	(81.782)
Total das despesas financeiras	(683.599)	(457.854)
Resultado financeiro	(203.793)	(188.534)

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

29. Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído.

	31/12/2014				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas - A	Ações preferenciais nominativas - B	Ações preferenciais nominativas - C	Total
Numerador					
Lucro líquido do exercício	344.411	392	196	217	345.217
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	1.902.996	2.167	1.085	1.201	1.907.449
Lucro (prejuízo) diluído por ação	0,18098	0,18098	0,18098	0,18098	0,18098

	31/12/2013				
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total
Numerador					
Prejuízo do exercício	(228.036)	(365)	(183)	(203)	(228.787)
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	1.352.442	2.167	1.085	1.201	1.356.895
Lucro (prejuízo) diluído por ação	(0,16861)	(0,16861)	(0,16861)	(0,16861)	(0,16861)

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

30. Entidade de previdência privada

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência e FASCELPA - Fundação de Previdência Complementar, entidades fechadas de previdência complementar, multipatrocinadas, constituídas como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10 de 4/8/1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11/6/1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica "Plano de aposentadoria e pensão".

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

Plano de benefícios CELPA BD-I

Instituído em 30 de julho de 1982, encontra-se em extinção desde 1º de janeiro de 1998, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de Benefícios Celpa BD-II

Instituído em 1º de janeiro de 1998, encontra-se em extinção desde 1º de abril de 2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios R

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria Nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. Assegura benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido a seguir:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA e de forma solidária com as demais patrocinadoras, Centrais Elétricas do Matogrossenses S.A. - CEMAT e as empresas do Grupo Rede Energia. Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de Benefícios Celpa-OP

Instituído em 1º de abril de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da renda mensal vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A renda mensal vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido. O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a contribuição da patrocinadora foi de R\$4.775 (R\$ 3.373 em 2013).

Plano de assistência médica

Dentre os vários benefícios aos empregados, a Companhia é instituidora de planos de saúde e odontológicos, os quais são descritos a seguir:

Central Nacional Unimed - CNU

Instituído em 1º de maio de 2006, tem por objeto a cobertura de serviços de assistência médico-hospitalar com obstetrícia. O Plano oferece cobertura às pessoas que são vinculadas à pessoa jurídica, podendo ela ser de caráter empregatício, associativo ou sindical. Além disso, é possível a inclusão tão somente de dependentes legais. As mensalidades foram estabelecidas, inicialmente, de acordo com a faixa etária que cada usuário esteja enquadrado. Ocorrendo alteração da idade de qualquer dos usuários que importe em deslocamento para a faixa etária superior, a contraprestação pecuniária sofre aumento automaticamente, no mês seguinte ao aniversário do usuário. Em 04 de dezembro de 2012 o plano sofreu seu 11º aditivo onde o critério por faixa etária foi modificado, introduzindo o conceito de custo médio, onde a aferição da sinistralidade do plano independe da faixa etária, de ativo ou aposentado.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

Unimed Seguro Saúde Empresarial

Instituído em 2010, tem como objetivo garantir aos segurados, incluindo na apólice o reembolso (livre escolha) ou o pagamento diretamente ao prestador dos serviços (quando utilizada a rede referenciada), das despesas médicas e hospitalares efetuadas em consequência de eventos cobertos, decorrentes, de acidentes ou doenças constantes da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com Saúde (CID-10), da Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como seus respectivos procedimentos constantes do Rol de Procedimentos anexo a Resolução ANS, publicada no Diário Oficial da União, que esteja em vigor na data da ocorrência do evento, observada as coberturas, os limites e as exclusões contratuais, bem como as especificações constantes do art. 1º, inciso I, da Lei 9.656/98.

O seguro permite a inclusão de dependentes, tais como cônjuge ou companheiro, filhos solteiros menores de 24 anos, filhos inválidos de qualquer idade, enteado ou menor tutelado, que ficam equiparados aos filhos. É possível também incluir agregados, como: filhos a partir de 24 anos, solteiros, netos solteiros menores de 21 anos e pais.

30.1. Premissas adotadas

Adotou-se como taxa desconto a interpolação da cotação do título NTN-B com vencimentos em 2024 e 2035 (títulos indexados ao IPCA - IBGE); tendo como base o prazo de pagamento dos benefícios de cada plano, ou seja, os seus *durations* (a média foi de 11,7 anos). O rendimento dos títulos são 6,12% e 6,17%, respectivamente (data base 31/12/2014).

Taxas	2014	2013
Taxa real de desconto - CELPA BDI	6,14%	6,35%
Taxa real de desconto - CELPA BD II	6,13%	6,35%
Taxa real de desconto - Risco	6,15%	6,35%
Taxa real de desconto - Complemento Celpa	6,15%	6,35%
Taxa de crescimento salarial futura	1,00%	2,00%
Taxa de inflação longo prazo	4,50%	4,50%
Fator de capacidade	100%	100%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M IBGE 2011, ambos os sexos	AT-2000 M IBGE 2011, ambos os sexos
Tábua de mortalidade de inválidos		
Tábua de entrada em invalidez	Nula	Nula
Tábua de rotatividade	Nula	Nula
Taxa de custos médicos - plano de saúde	3,35%	3,35%

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

30.2. Informação dos participantes

	Planos de benefícios			
	CELPA BD- I	CELPA BD- II	CELPA - R	CELPA OP
A.1 - Participantes				
1. Número de participantes	-	9	1.620	1.640
2. Idade média (anos)	-	50	41	41
3. Tempo médio de empresa (anos)	-	20	13	13
4. Prazo médio para aposentar (anos)	-	10	19	19
5. Salário médio de participação (R\$)	-	4.170	3.197	3.138
6. Folha mensal de participação (R\$)	-	37.528	5.178.587	5.146.677
B - Assistidos				
B.1 - Aposentadoria por tempo de serviço				
1. Número de assistidos	250	157	-	77
2. Idade média (anos)	71	74	-	61
3. Benefício médio mensal (R\$)	3.167	1.927	-	2.578
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	791.626	302.532	-	198.523
B.2 - Aposentadoria por invalidez				
1. Número de assistidos	2	8	32	-
2. Idade média (anos)	73	62	57	-
3. Benefício médio mensal (R\$)	6.326	1.817	1.777	-
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	18.979	14.535	56.852	-
C - Beneficiários Pensionistas				
1. Número de famílias	53	142	21	-
2. Idade média do grupo (anos)	65	68	48	-
3. Benefício médio familiar (R\$)	1.156	833	3.076	-
4. Total mensal dos benefícios (R\$)	61.262	118.229	64.605	-

Os planos de saúde possuem 4.879 titulares e dependentes beneficiários.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

30.3. Movimentação das obrigações atuariais

A seguir demonstramos a movimentação das obrigações atuariais dos planos de benefícios.

	31/12/2014	31/12/2013
A - EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS		
1. Valor presente da obrigação no início do ano	209.344	260.522
2. Custo do serviço corrente	647	63
3. Despesa com juros	24.289	21.579
4. Pagamento de benefícios no ano	(20.659)	(17.205)
5. (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidos nas obrigações	28.253	(55.614)
6. Valor presente da obrigação no fim do ano	241.874	209.345
B - EVOLUÇÃO NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO		
1. Valor justo dos ativos do plano no início do ano	256.280	280.695
2. Receita com juros	26.706	23.250
3. Pagamento de benefícios no ano	(20.659)	(15.583)
4. Ganhos/(Perdas) atuariais reconhecidos nos ativos do plano	1.898	(32.081)
5. Valor justo dos ativos do plano no fim do ano	264.225	256.280
C - DESPESA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
1. Custo do serviço	(647)	(63)
2. Juros líquidos (resultado financeiro)	(3.890)	(2.750)
3. Total das despesas ocorridas (1 + 2)	(4.537)	(2.813)
D - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
1. Saldo no início do ano	2.070	(6.787)
2. Ganho / (Perda) atuarial	5.483	23.533
3. Efeito do limite do ativo	6.848	(14.675)
5. Total de remensurações	12.331	8.857
6. Saldo no fim do ano	14.401	2.070
E - BALANÇO PATRIMONIAL		
1. Valor justo do ativo	264.225	256.280
2. Obrigações atuariais	(241.874)	(209.344)
3. Posição Líquida	22.351	46.936
4. Limite do ativo (Resolução CGPC nº 26/2008)	(70.084)	(72.468)
5. (Déficit) / Superávit passível de reconhecimento	(47.733)	(25.533)
F - VALOR LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO		
1. Posição líquida no início do ano anterior	46.935	20.173
2. Efeito do limite do ativo	(72.468)	(53.372)
3. Saldo passível de reconhecimento em 31/12 do ano anterior	(25.533)	(33.199)
4. Custo do serviço	(647)	(63)
5. Juros líquidos	(3.890)	1.671
6. Diferenças atuariais	(19.773)	23.533
7. Contribuição (patrocinadora e participante)	(275)	1.622
7. Posição líquida em 31/12	22.350	46.936
8. Efeito do limite do ativo	(70.084)	(72.468)
9. Saldo passível de reconhecimento em 31/12	(47.733)	(25.533)

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

30.4. Variação no limite do ativo

As movimentações do efeito do teto nos planos estão apresentadas a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
1. Saldo em 31/12/2013	72.468	53.372
2. Juros	4.464	4.420
3. Variação	(6.848)	14.676
4. Saldo em 31/12/2014	70.084	72.468

30.5. Ativos dos planos

A composição dos ativos do plano está apresentada abaixo:

	BD-I	BD-II	Plano - R	Celipa OP
Títulos públicos	95.535	46.550	6.215	31.932
Títulos privados	40.260	19.245	2.757	47.006
Ações	-	-	45	475
Fundos de investimento	7.709	4.381	4.185	43.506
Investimentos imobiliários	7.351	3.706	-	5.479
Empréstimos	2.039	1.056	148	8.683
Total Nov/2014	152.894	74.938	13.350	137.081
Valorização no valor justo (estimativa 1 mês)	1.248	612	109	1.119
Contribuições recebidas	-	-	-	-
Benefícios pagos (realizado)	(1.182)	(601)	(57)	(51)
Valor justo Dez/2014	152.960	74.949	13.402	138.149
Reserva de participantes ativos				(99.101)
Reserva de participantes assistidos RMF				(15.241)
Atualização				(891)
Valor justo ativo RMV				22.916

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

30.5. Ativos dos planos--Continuação

O valor justo do ativo plano Celpa-OP é apurado pela diferença entre o valor justo total dos ativos do plano, excluindo a parcela da modalidade contribuição definida no plano (participantes ativos e os assistidos que optaram pela renda mensal financeira).

O plano R é único para as 03 Patrocinadoras (Celpa, Cemat e Elétricas). O valor justo dos ativos do Plano é composto da seguinte maneira:

Para se definir o valor justo dos ativos para cada Patrocinadora, o valor justo total é proporcionalizado com base nos passivos atuários, que no caso da Celpa é de 30,69%.

30.6. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade da taxa de desconto na posição líquida dos planos em 31 de dezembro de 2014 está apresentada como segue, onde foram definidos dois cenários de (+0,5% e -0,5%):

Teste de sensibilidade	2014			
	Celpa BD-I	Celpa BD-II	Celpa R	Celpa OP
Valor justo dos ativos	152.961	71.212	13.400	22.916
Taxa	6,64%	6,63%	6,65%	6,65%
Valor presente da obrigação	111.978	53.896	21.751	8.084
(Deficit)/Superavit	40.983	17.316	-8.351	14.832
Variação	4.356	2.061	1.147	365
<hr/>				
Taxa	5,64%	5,63%	5,65%	5,65%
Valor presente da obrigação	111.978	53.896	21.751	8.084
(Deficit)/Superavit	40.983	17.316	-8.351	14.832
Variação	4.356	2.061	1.147	365

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

30.6. Análise de sensibilidade--Continuação

Para os planos de saúde, também foram realizados testes de sensibilidade tanto para a taxa de desconto quanto para a taxa de custos médicos em dois cenários de (+0,5% e - 0,5%):

Teste de sensibilidade	2014			
	CNU - custos médicos	CNU - taxas de desconto	Unimed - custos médicos	Unimed - taxa de desconto
Taxa	3,85%	6,64%	3,85%	6,64%
Valor presente da obrigação	13.212	11.261	1.021	904
Variação	715	(1.235)	17	-99
Taxa	2,85%	5,64%	2,85%	5,64%
Valor presente da obrigação	11.840	13.937	947	1.071
Variação	(657)	1.440	(57)	69

A seguir é apresentado o teste de sensibilidade das tábuas utilizadas considerando uma suavização de 10%:

Teste de sensibilidade	2014			
	Celipa BD-I	Celipa BD-II	CELPA R	CELPA OP
Valor justo dos ativos	152.961	71.212	13.400	22.916
Valor presente da obrigação	119.476	57.592	22.467	8.611
(Deficit)/Superavit	33.484	13.621	(9.067)	14.305
Variação	(3.142)	(1.634)	431	(154)
Teste de sensibilidade	2014			
	CNU	Unimed		
Valor presente da obrigação	-	-		
Variação	(1.440)	(1.072)		

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

30. Entidade de previdência privada--Continuação

30.7. Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido

	Celpe BD-I	Celpe BD-II
1. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2015	11.211	5.659
2. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2016	11.211	5.659
3. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2017	11.211	5.659
4. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2018	11.211	5.659
5. Pagamentos de benefícios esperados no ano de 2019	11.166	5.624
6. Pagamentos de benefícios esperados nos anos entre 2020 e 2030	60.309	27.132

30.8. Despesas e fluxos de caixa futuro

Fluxo de caixa estimado para 2015	BD - I	BD - II	R	OP	CNU	Unimed
1. Contribuições da patrocinadora	-	-	-	-	-	-
2. Contribuições do patrocinado	-	-	-	-	-	-
3. Benefícios concedidos	11.211	5.659	1.745	1.398	-	-
Despesa estimada para 2015	BD - I	BD - II	R	OP	CNU	Unimed
1. Custo do serviço corrente	-	38	-	-	830	110
4. Contribuições do patrocinado	-	-	-	-	-	-
5. Custo do serviço total	-	38	-	-	830	110
4. Custo de juros	(12.103)	(5.802)	(2.409)	(849)	(1.364)	(107)
5. Retorno do ativo	16.101	7.873	1.371	2.430	-	-
6. Juros sobre o limite	(3.998)	(2.071)	-	(1.581)	-	-
7. Juros líquidos	-	-	(1.038)	-	(1.364)	(107)

31. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações gerais--Continuação

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

b) Política de utilização de derivativos

A CELPA utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

c) Valor justo dos ativos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2012 estão identificados a seguir:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	54.210	54.210	109.294	109.294
Investimentos de curto prazo	506.473	506.473	130.106	130.106
Contas a receber de clientes	923.330	923.330	595.387	595.387
Depósitos judiciais	127.736	127.736	131.939	131.939
Ativo financeiro da concessão	909.817	909.817	600.544	600.544
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	113.255	113.255	185.688	185.688
Instrumentos financeiros derivativos	64.785	64.785	4.519	4.519
Passivos financeiros				
Fornecedores	828.442	828.442	477.143	477.143
Empréstimos e financiamentos	2.250.184	2.250.184	1.534.310	1.534.310
Partes relacionadas	568.095	568.095	416.147	416.147

Investimentos de curto prazo - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Valor justos dos ativos financeiros--Continuação

Ativo financeiro de concessão - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Fornecedores - Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Empréstimos e financiamentos - os empréstimos e financiamentos tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Derivativos - são classificados como instrumentos derivativos e têm como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de swaps, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Risco de crédito - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia, a Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Risco de liquidez - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota nº 20.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

Riscos de mercado - Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, que em virtude da Recuperação Judicial, serão renegociados.

Risco cambial - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 37,6%, de sua dívida. A CELPA monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 31 em dezembro de 2014 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Variação Cambial						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V - 50%
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos	USD	(96.015)	(286.438)	(476.861)	94.408	284.831
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2014	+25%	+50%	-25%	- 50%
Dólar USD/R\$		2,66	3,32	3,98	1,99	1,33

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas			Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado a)	Indexadores	Vencimento	31/12/2014	31/12/2013
SWAP ITAU				
Ponta ativa	US\$	25/11/2015	31.991	17.932
Ponta passiva	CDI	25/11/2015	(3.684)	(15.082)
TOTAL			28.307	2.850
SWAP CITIBANK				
Ponta ativa	US\$	25/11/2015	29.285	16.519
Ponta passiva	CDI	25/11/2015	(3.816)	(14.850)
TOTAL			25.469	1.669
SWAP CITIBANK				
Ponta ativa	US\$	23/04/2015	16.684	-
Ponta passiva	CDI	23/04/2015	(5.675)	-
TOTAL			11.009	-
TOTAL GERAL			64.785	4.519

Risco de vencimento antecipado - A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos que, em geral, requerem o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O descumprimento dessas cláusulas pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento. Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de covenants financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2014 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros					R\$ Mil	
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	9.448	11.810	14.172	7.086	4.724
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(14.741)	(28.262)	(41.783)	(1.220)	12.301
	TJLP	(111)	(122)	(132)	(101)	(90)
	IGPM	(9.158)	(10.919)	(12.680)	(7.397)	(5.636)
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 31/12/2014	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% acumulado ano)		10,81	13,52	16,22	8,11	5,41
TJLP (% acumulado ano)		5,00	6,25	7,50	3,75	2,50
IGP-M (% acumulado ano)		3,69	4,61	5,53	2,76	1,84
IPCA (% acumulado ano)		6,56	8,19	9,83	4,92	3,28

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da Companhia é demonstrado abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		
Cenários	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
	(lucro / prejuízo)	
Cenário Provável	-	-
Cenário II	(204.695)	(148.915)
Cenário III	(389.746)	(290.017)
Cenário IV	165.409	197.529
Cenário V	350.460	426.530

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco de escassez de energia - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento - Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

f) Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados. O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida LÍq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Energia Contratada	2011a 2042	1.197.971	1.689.866	1.799.174	2.154.465	2.559.633	2.569.942	55.487.771

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

33. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

34. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras intermediárias, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

34. Seguros--Continuação

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do seguro	Vencimento das apólices	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30/12/2015	7.000
Riscos Operacionais	30/12/2015	346.721
Automóvel (a)	30/12/2015	-

35. Eventos subsequentes

Em 29 de janeiro de 2015 a Companhia efetuou a renegociação de dois empréstimos em moeda estrangeira atreladas a operações de swap com o Citibank, no montante de US\$76.502 e US\$35.971 respectivamente e vencimentos em novembro/2015. As operações foram substituídas por uma única operação num total de US\$112.473, equivalentes a R\$293.613, a vencer em fevereiro/2018.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Conselho de Administração

Ana Marta Horta Veloso

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Felipe Oppenheimer Pitanga Borges

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Guilherme Cruz de Souza

Conselho Fiscal

Efetivos

Carlos Eduardo Martins e Silva

Paulo Roberto Franceschi

Sérgio Passos Ribeiro

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Augusto Dantas Borges
Diretor

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Mauro Chaves de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Izabel Corina de Oliveira Carvalho
Gerente de Controladoria
Contador
CRC PA 5.989/0-8